

*social* exercida pela cruzada, que se traduziu na assistência económica, social e médica aos cruzados, a pobres e a doentes, para o que criaram vários organismos específicos: Comissão de Beneficência Nacional (1918), Cruz Nacional Nuno Álvares (1927) e Serviços de Saúde (1936). Da análise feita à orgânica desta liga patriótica pode estabelecer-se as seguintes características de base: (i) forte chefia moral e técnica, tendo em vista o reconhecimento institucional (presidente de honra, habitualmente o presidente da República), a identificação funcional (presidente do congresso, presidente da direção-geral, presidente da comissão executiva e diretor-geral de ação e propaganda) e a disponibilidade para uma espécie de Ministério das Competências, durante a I República, através das cerca de vinte e cinco notabilidades de diferentes áreas profissionais e de diversa sensibilidade política (vice-presidentes e vogais da direção-geral); (ii) estrutura de subordinação hierárquica, com direções nacionais (direção-geral, comissão central de damas, comissão central de ação e propaganda), direções provinciais, distritais, concelhias e paroquiais. Internamente estava articulado o princípio de nomeação (presidentes-diretores, secretários e tesoureiros das direções) com o princípio de eleição (vogais); o diretor-geral de ação e propaganda (cargo perpétuo, desempenhado sempre pelo fundador da cruzada, capitão João Afonso de Miranda, como estipulava o artigo 44.º dos estatutos) estabelecia a ligação das direções regionais e locais à direção-geral, sendo, por conseguinte, a figura-chave da mecânica organizativa; o congresso geral da cruzada reuniu em dezembro de 1925, em novembro de 1929 e em setembro de 1936; (iii) rede de organismos especializados: comissões de culto, comissões de damas, núcleos de operários, pagens do Santo Condestável, comissões académicas, cruz nacional Nuno Álvares, pagens de Nuno Álvares, vanguarda nacional e serviços de saúde. As análises que inserem a cruzada, ora na área das organizações do patronato, ora na área dos grupos da direita radical, reduzem a sua perceção a aspetos manifestados em momentos específicos. Se é verdade a convergência (dinamizada por Henrique Trindade Coelho) entre a cruzada e a União dos Interesses Económicos, com a presença de algumas notabilidades nos dois agrupamentos, nos anos de 1924-1926, tal não é suficiente para concluirmos pela sua natureza de grupo económico de interesses. Do mesmo modo, a adoção de um discurso com enunciados *mussolinescos*, por parte de um segmento da sua elite dirigente (tutelada por Martinho Nobre de Melo), somente nos seis primeiros meses de 1926, também não é suficiente para concluirmos pela sua natureza de grupo político fascista.

**Bibliografia:** LEAL, Ernesto Castro, *Nação e nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

[Ernesto Castro Leal]

## CULTO RELIGIOSO

Na diversidade de manifestações culturais religiosas revelam-se necessidades individuais e coletivas que exprimem realidades antropológicas fundamentais. A ritualização apresenta-se como um elemento primordial da vivência societária, instância de elaboração da memória que gera e reforça elementos identitários e de filiação, acarretando a constituição de níveis de sacralidade quer de espaços, quer de tempos e de protagonistas. Embora esses elementos possam ser mais imediatamente reconhecidos no âmbito das confissões religiosas não são pertença exclusiva delas. Na realidade, no processo de construção dos Estados modernos foram sendo desenvolvidos mecanismos paralelos e, em muitos casos, miméticos das igrejas, seja na elaboração em torno dos locais e figuras cristalizadoras da memória coletiva, seja na comemoração ritual dos feitos considerados instauradores e identificadores da pátria ou de um ideário. Esse facto assinala não só a questão do estatuto do culto religioso como a da legitimidade das mediações, definidoras de finalidades e identidades. Por isso, a problemática do clero e a paulatina diversificação de outras mediações, quer internas, quer externas às confissões religiosas, que se apresentam como disputando o seu protagonismo, aparece intimamente ligada à questão do culto religioso.

A questão do culto religioso na transição da Monarquia para a República e durante a consolidação desta em Portugal ficou marcada pelas características e o peso sócio-político e cultural da Igreja Católica. Quer pela centralidade da expressão cultural comunitária, quer pelo papel determinante da mediação clerical nela, decorrente da sua doutrina e da sua prática, a que acrescia o facto de ser a Igreja constitucional – que não nacional –, conferiu importância determinante, quer em termos jurídicos, quer administrativos, à problemática do culto, daí o destaque que adquiriu a gestão política da pasta da Justiça e dos Cultos. Acresce, ainda, o facto de, enquanto religião do reino, se apresentar como instância fornecedora da coerência e identidade nacionais numa sociedade em diversificação de pertenças religiosas e sociais nos finais do século XIX e início do século XX ante a emergência de novas sociabilidades de índole contratualista ou associativa, com expressões culturais que se pretendiam concorrentes do culto público oficial, assinalando as limitações da constitucionalização de uma confissão religiosa e o desfasamento entre a pretensão de representação única da Nação e a adversidade de grupos sociais significativos.

Na realidade, as expressões públicas rituais das confissões religiosas, mais imediatamente referidas a propósito do culto, são manifestações da vivência pessoal, interior, do indivíduo, que naquelas encontra instâncias de explicitação da sua identidade.

O culto remete, nas suas múltiplas dinâmicas, para a expressão das confissões religiosas no tecido social, que não se reduz à sua exposição pública, e a construção de simbólicas de pertença que visam garantir a identidade e coesão da respetiva confissão.

A paulatina diversidade confessional e a desafetação institucional ou ideológica face aos universos religiosos, bem como a perceção da necessidade de uma maior autonomia das igrejas, acarretou divergências e desencontros da religião oficial face aos Estados e suas mediações.

Para a Igreja Católica em Portugal, o culto público tendia a ser visto, na sequência do seu estatuto de religião do reino, no que este significava de manifestação da própria identidade nacional e da estruturação da sociedade portuguesa, quer no território europeu, quer nos territórios ultramarinos, vistos como frutos da difusão religiosa considerada como motor da expansão quinhentista. Todavia, o progressivo processo de diversificação religiosa proporcionou a afirmação de outras comunidades religiosas que não a católica, não só no que respeita ao território europeu, mas com particular pertinência no que às possessões coloniais dizia respeito e à penetração do cristianismo reformado e evangélico nas mesmas, ao abrigo das disposições da conferência de Berlim. Deste modo, o culto apresentava-se para o cristianismo reformado e evangélico presente nos diversos domínios portugueses como possibilidade de aquisição de relevância social mais notória pela sua presença pública, acalentando as comunidades protestantes esse desiderato com a implantação da República que deveria traduzir-se no fim das disposições da Carta e dos Códigos Civil e Penal, impedindo a visibilidade pública dos seus lugares de culto e as atividades de proselitismo religioso. Apesar do cristianismo evangélico se autoapresentar como mais esclarecido, e dos contactos havidos entre alguns representantes dessas comunidades com o Governo Provisório, a Lei da Separação, que no seu conjunto se dirigia essencialmente à organização e mundividência religiosa católica, não deixou de ter implicações para o culto protestante, donde as desilusões dessas comunidades, considerando impróprias ou insuficientes as determinações legislativas.

Apesar do radicalismo antirreligioso de franjas republicanas, a separação – sobretudo no processo de desenvolvimento da sua aplicação e abrangência, que acarretou a alteração do decreto que primeiro a instituiu – acabou efetivamente por proporcionar a possibilidade de expressão pública, a certos níveis, de algumas comunidades religiosas e mesmo a sua expansão. Note-se o caso da comunidade judaica que, depois da inauguração da sinagoga de Lisboa em 1904 e da aprovação oficial dos seus estatutos em 1912, viria a desenvolver, através dos esforços de Samuel Schwarz e do convertido Artur Barros Basto, capitão do Exército, a identificação e organização de famílias criptojudias espalhadas pelo interior do país. Aos esforços deste último deve-se o desenvolvimento da comunidade judaica no Porto e a construção da sinagoga nessa cidade na década de 30 do século XX.

Todavia, pela sua índole e peso social, seria o culto católico a ressentir-se mais das disposições legais sobre matéria religiosa levadas a cabo pelos primeiros ministérios republicanos. O catolicismo romano, insistindo nas práticas devocionais, definidoras de pertença e construtoras de identidade e diferenciação, sentiu o impacto do movimento que pretendeu apresentar o Estado como instância única da pertença e identidade nacional, promovendo um aparato simbólico e cultural concorrente, e em muitos aspetos mimético, com o do universo religioso predominante, procurando acantonar e reduzir o religioso ao âmbito privado.

Entre o final de 1910 e 1913 o culto religioso católico e a sua expressão foram foco de diversos conflitos e alvo de desorganização, fruto das medidas legislativas que sobre ele impenderam, quer quanto à punição prevista para as manifestações externas sem prévia autorização (decreto de 15 de fevereiro de 1911) ou a laicização das cerimónias fúnebres (decreto de 18 de fevereiro do mesmo ano) quer, sobretudo, as disposições de carácter mais abrangente da Lei da Separação.

Desta resultou a afirmação da desvinculação do Estado das obrigações culturais que havia assegurado secularmente, não obstante manter expressa a vontade de regulamentação e controlo do mesmo, simultaneamente desvalorizando o culto em relação à assistência e ao ensino, âmbitos a partir dos quais se devia erigir a formação e enquadramento do indivíduo, libertando-o da vivência religiosa enquadrada pela Igreja, tida por perniciosa. Deste modo, várias são as disposições da lei que procuram refrear a reprodução do discurso religioso e a sua visibilidade pública, como dão conta a proibição da exibição de elementos religiosos e do culto fora dos templos, desde a questão das vestes talares à dos sinos, passando pela limitação temporal da realização das celebrações religiosas e pelo cercear de manifestações processionais diversas; estas, marcando a ritualização do tempo e a valorização diferenciada dos diversos momentos da existência do indivíduo e das comunidades, funcionando como referenciais de enquadramento social e da dinâmica económica destas, aspeto relevante no que diz respeito às populações rurais.

O registo civil independente e prévio aos sacramentos, condição essencial para a autonomia do Estado, o seu conhecimento e controlo dos atos essenciais da vida do indivíduo, colocava problemas logísticos sobretudo para as populações rurais do interior, quer pelos custos dos emolumentos, quer pelas dificuldades de deslocação, o que espoletou resistências diversas também levantadas por alguns clérigos. Algumas destas disposições tendiam a relativizar as práticas sacramentais, pela dissociação entre o ato religioso e o civil, o que chocava com o entendimento católico, para quem os sacramentos se apresentam como instâncias instauradoras da realidade e do seu sentido.

Os mais relevantes conflitos, todavia, prenderam-se com as manifestações públicas de culto, o que bulia com práticas identitárias, quer no tocante às cerimónias fúnebres, quer quanto às procissões; as causas dos conflitos são múltiplas, e nem sempre relacionadas com a consideração da justeza ou não das determinações legais: exemplificavam, em muitos casos, fraturas comunitárias ou disputas de protagonismo na gestão dos poderes locais, nem todo anticlerical ou, por vezes, reativo ao poder político de tendência contrária. Em alguns casos, foram as próprias populações, com mobilização significativa da população feminina que, quer à revelia das autoridades civis, quer do próprio clero, não prescindia da realização das procissões. Noutros casos, os párocos prescindiam da saída dos cortejos processionais, expondo as imagens à veneração no interior dos templos.

Indubitavelmente, a implementação da política religiosa da República nos primeiros anos veio desorganizar o culto, em certos locais, o que se tornou patente no encerramento de igrejas, na proibição do culto externo e, sobretudo, no processo das culturais, que pretendia retirar a gestão e organização do culto aos clérigos, e que se revelou particularmente grave no caso das irmandades de Lisboa, ainda que não tenha deixado de existir noutras dioceses, com elementos desafetos ao catolicismo a pretenderem controlar alguns templos e os atos de culto que nele se realizavam. No entanto, quer pelas resistências criadas pelas populações e pelo clero, quer por ter sido visto por diversos grupos republicanos como uma intromissão injustificada na vida da Igreja Católica, os problemas em torno do culto não foram generalizados e acabaram por diminuir consideravelmente a partir de meados da segunda década do século XX, facto

a que não foi alheia, também, a aplicação diferenciada da Lei da Separação, muitas vezes dependente do empenho das administrações locais.

A problemática do culto religioso não se cinge, no entanto, à questão da tentativa de desorganização como forma de quebrar a reprodução do capital social e simbólico da Igreja Católica e a sua evolução no período da I República não se pode compreender sem se atender, por um lado, às profundas continuidades da tradição católica e, por outro lado, ao movimento de reorganização levado a cabo desde os primeiros anos do século XX.

Apesar da importância que a presença e o trabalho das variadas congregações religiosas adquiriram, a vida religiosa e o culto estavam marcados pela persistência da centralidade do enquadramento paroquial, e nela do pároco, mediador da vida sacramental estruturante da experiência cristã, com especial relevo para a eucaristia e a confissão, alvo da crítica dos setores anticlericais que a consideravam um instrumento de domínio das consciências, sobretudo infantis e femininas, julgadas mais suscetíveis de controlo e, por via delas, de toda a vida familiar. Para lá da prática preceitual da desobriga e da comunhão anual, assinalando a centralidade da celebração da Páscoa, com a importância das celebrações da Semana Santa e do Compasso nalgumas regiões, cresce a insistência na maior frequência da confissão e da comunhão eucarística, fruto do desenvolvimento da espiritualidade ligada ao culto do Coração de Jesus e da espiritualidade reparadora que, entre outros elementos, se exprimia na devoção das primeiras sextas-feiras, fundamental no movimento militante católico finisecular. Ainda no que concerne à centralidade da eucaristia e das manifestações a ela ligadas, importa assinalar a celebração do *Corpus Christi* e a procissão respetiva, cuja menor expressão pública durante os primeiros anos da República se deveu às medidas já aludidas. Com aquela celebração prende-se a prática da primeira comunhão, assinalando, desde a reforma de Pio X, uma progressiva autonomização da infância tardia com a antecipação da idade da receção daquele sacramento, sinal da valorização dessa fase etária que se exprimiu, também, na insistência daquele pontífice na educação religiosa das crianças – correspondendo a valorização conferida à escolarização infantil tendencialmente universal, mas vista, também, como mecanismo de desafetação religiosa que precisava de ser colmatada, processo que foi complementado com a valorização da comunhão solene, marcando a transição da infância para a adolescência visando reforçar a pertença do indivíduo à comunidade religiosa ante outras formas de enquadramento entendidas como concorrentes.

A encíclica dedicada ao tema da educação religiosa, *Acerbo Nimis* de 1905, teve acolhimento nesse mesmo ano em Portugal, com a realização do 1.º Congresso da Catequese da Diocese da Guarda (5-6 dezembro) por iniciativa do seu prelado, D. Manuel Vieira de Matos. Dele resultou a criação da Associação da Doutrina Cristã – que seria replicada em outras dioceses – e a tradução e publicação do *Catecismo* de Pio X. Entre outras iniciativas no tocante à educação de infância, releve-se o destaque ela conferido pelo 1.º Congresso das Obras Católicas do Algarve (1916), por iniciativa de D. António Barbosa Leão, que, entre outras vertentes, se debruçou sobre os métodos pedagógicos.

A ação de diversos bispos acabou por ser fundamental no processo de reorganização interna e reanimação da ação da Igreja Católica. Se a renovação levada a cabo

no episcopado até meados da década de 1910 foi importante, não menos foi o reforço da sua autoridade que resultou do que foi percecionado como ataque das autoridades civis aquando das diversas penas de desterro. Esse clima conjugou-se com a afirmação da autonomia da ação episcopal, desejada antes da separação e conquistada por causa dela mas, também, apesar das determinações do decreto que a moldou, que proporcionou o lançamento de iniciativas e criação de estruturas no âmbito que habitualmente se designa por pastoral. Verificava-se, assim, a intenção de disciplinar algumas práticas, sobretudo no tocante à relação entre as celebrações religiosas e a relação considerada sincrética com o âmbito profano, os arraiais que coincidiam com a celebração do orago paroquial, num período em que se foi acentuando a distinção entre a religiosidade legítima e a popular (SANCHIS, 1983, 139-181). Esse esforço conduziu, mesmo, à interdição de diversas igrejas ao culto, situação que foi paulatinamente resolvida. Na realidade, os referentes religiosos funcionavam frequentemente, sobretudo nos meios rurais, como elemento identitário das comunidades, donde as múltiplas resistências às autoridades eclesásticas nas tentativas de conformar as suas práticas à ortodoxia católica e às autoridades republicanas quando as medidas desestruturavam a vida daquelas populações.

Entre as práticas rituais estruturantes do catolicismo nas primeiras décadas do século contavam-se as práticas em torno dos santuários e da dinâmica de peregrinação. Para além dos centros de culto em torno dos santos de maior devoção – importando destacar, entre outros, o culto de Santo António – é determinante neste aspeto a espiritualidade e a devoção mariana. Depois da dogmatização da Imaculada Conceição, o Sameiro desempenhou um papel central na mobilização do movimento católico em Portugal durante a segunda metade do século XIX. As peregrinações internacionais constituíam momentos de afirmação da Igreja como realidade para lá dos limites nacionais, mas expressando a nação devota, centrando-se sobretudo em Lourdes e Roma.

Os acontecimentos de Fátima, em linha com a importância do culto mariano no catolicismo português, e os desenvolvimentos que em torno dele se deram, condensando muitos dos elementos apontados – da centralidade da espiritualidade reparadora, à importância da eucaristia, passando pela relevância da espiritualidade da infância – conduziu à deslocação da centralidade do catolicismo português, com a paulatina perda da importância do Norte e da região bracarense em detrimento do eixo Lisboa-Fátima.

O culto de Maria é um elemento central do universo devocional do catolicismo no país e da piedade popular; se Fátima foi um ponto de viragem, sob múltiplos aspetos, a influência das expressões da piedade mariana estendiam-se para lá da dimensão peregrinacional, quer influenciando no quotidiano familiar, pela prática da recitação do terço do rosário, quer na devoção de maio – o «mês de Maria» –, quer na realização de novenas preparatórias das celebrações mais importantes. As novenas e os meses votivos foram manifestações estruturantes da vivência espiritual dos católicos ao longo de todo este período.

Ao lado das espiritualidades dos Sagrados Corações, devedoras da sensibilidade romântica, marcando o crescendo de importância da interioridade e da subjetividade no panorama religioso da contemporaneidade, é importante, também o culto da



Sagrada Família, que, entre outros elementos, se expressou na oração familiar em torno do oratório portátil com as figuras de Jesus, Maria e José que circulava de casa para casa, movimento que encontrou na figura e ação do padre Francisco Cruz, entre outros, um dos seus grandes divulgadores.

Paralelamente às práticas e ritmos cultuais que permaneceram e foram sendo reelaborados, dois outros, com sentido e significado diverso e com impacto futuro diferenciado, mereceram grande desenvolvimento na segunda década do século XX: por um lado, em torno de Santa Teresinha do Menino Jesus, cuja popularização entre as classes populares cresceu no contexto da Grande Guerra; por outro lado, no sobressalto patriótico do conflito mundial e na tentativa de identificação da pertença católica com a pátria e o clima de União Sagrada, o culto do Santo Condestável, em cuja preparação dos textos litúrgicos foi determinante o padre Pereira dos Reis, figura importante na valorização da liturgia como elemento estruturante da espiritualidade a que não foi alheia a sua proximidade com o universo religioso devedor da experiência beneditina, Ordem que também vivia uma renovação em muitas latitudes da Igreja Católica.

A problemática da liturgia revelou-se um dos eixos de renovação do catolicismo português que procurou compatibilizar a romanidade, como eixo identitário e fator de resistência às tendências regalistas (que surge redutor quando centrado no esquema de análise política da disputa entre ultramontanos e cismontanos), e a nacionalidade, procurando frisar a importância do catolicismo como elemento estruturante do país, da sua história e fisionomia cultural. Disso resulta a simultaneidade da atenção às determinações romanas e à revitalização do Rito Bracarense; depois da sua valorização por diversos clérigos e leigos católicos, D. Manuel Vieira de Matos empreendeu na sua reforma no seguimento da valorização geral da liturgia nas suas diversas vertentes, em que se destacou a Ordem Beneditina depois da sua reimplantação no país a partir de 1919 e da ação do padre António Coelho, fundador de uma revista marcante neste âmbito, a *Opus Dei*. Sinais da revitalização litúrgica foram os Congressos Litúrgicos Nacionais: o primeiro em Vila Real, por iniciativa do bispo D. João Evangelista de Lima Vidal, entre 17 e 19 de junho de 1926, e o segundo em Braga, o Congresso Litúrgico Nacional Romano-Bracarense, entre 27 de junho e 1 de julho de 1928.

Sinais da valorização da espiritualidade eucarística e litúrgica, que correspondeu ao esforço de maior esclarecimento e empenho das comunidades católicas em Portugal, foram os sucessivos Congressos Eucarísticos diocesanos, o primeiro entre 28 e 31 de maio de 1923, e o primeiro Congresso Nacional na mesma cidade, em julho do ano seguinte. Juntamente com o primeiro daqueles congressos, realizou-se o Congresso de Música Sacra, que contou com uma comunicação de Luís de Freitas Branco.

O panorama traçado permite perceber que, mesmo que não haja profundas ruturas quanto ao culto religioso no período da I República, há uma clara preocupação de reordenação da Igreja e das suas estruturas enquanto rede de vivência cultural, em termos de legitimidade e de cobertura territorial, que se verifica no reforço da autoridade interna do episcopado, na preocupação com a formação do clero e da instrução religiosa dos fiéis leigos e, em termos institucionais, a reordenação das dioceses, nomeadamente com a restauração da diocese de Leiria (1918) e a criação da diocese de Vila Real (1922).

Na realidade, com a desconfessionalização objetiva do Estado levada a cabo pela República, ganham forma outras expressões do religioso na sociedade portuguesa, sem, todavia, colocar em causa a posição hegemónica da Igreja Católica e o predomínio do seu culto, quer como prática, quer como representação social. A execução da Lei da Separação, se provocou a desorganização e trouxe conflitos de diversa índole em torno do culto, proporcionou, pela primeira vez, a autonomia de ação do episcopado em relação aos poderes públicos o que acabou por potenciar os movimentos de renovação interna e de reorganização da vida religiosa da população católica. A resistência ao clima tido como hostil e de intromissão na vida e identidade do catolicismo português reforçou a mobilização interna sob o signo da necessidade de «reconquista cristã» ante uma sociedade perspectivada como descristianizada, o que implicou, em diferentes níveis, a revitalização do culto nas suas múltiplas formas e a disciplinação das expressões tidas como menos consentâneas com a ortodoxia. Todos esses esforços condensam-se de forma exemplar na realização do Concílio Plenário Português que, ocorrido entre 24 de novembro e 3 de dezembro de 1926 em Lisboa, e visando primariamente a aplicação pastoral do Código de Direito Canónico promulgado por Bento XV em 1917, constituiu-se como ponto de chegada dos esforços anteriores e mobilização da Igreja e do movimento católico para as décadas que se seguiram.

No período relativo à I república importa destacar que se expressaram publicamente, e de forma concorrencial, outras identidades e fórmulas de culto quer associadas às diversas igrejas históricas, como a católica e as protestantes, bem ainda a judaica, mas também foram sendo delineadas formas de culto desafetas do que diretamente classificariamos como culto religioso.

**Bibliografia:** AZEVEDO, Carlos (dir.), *História religiosa de Portugal*, vol. 3 – *Religião e secularização*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2002; CATROGA, Fernando, *O Céu da memória – Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*, Coimbra, Minerva, 1999; Atas do Colóquio Internacional, *Piedade popular: sociabilidades – representações – espiritualidades*, Lisboa, Terramar/Centro de História da Cultura/História das Ideias UNL, 1999.

[Sérgio Pinto]

## CULTUAIS

A Lei da Separação do Estado das Igrejas, promulgada a 20 de abril de 1911, no seu artigo 17.º estabeleceu que os fiéis de qualquer religião somente podiam contribuir para as despesas do culto por intermédio de uma corporação já existente, com fins de assistência ou bem-fazer, ou através de uma outra, com idêntico caráter, constituída para o mesmo fim. Na prática, o culto público só seria possível por via dessas associações, pois só elas teriam direito a usufruir dos templos que, no artigo 62.º, se declarava serem «pertença e propriedade do Estado». Assim, pelo artigo 89.º, o Estado – ou o corpo administrativo local – cedia às cultuais, «na medida do estritamente necessário [...] gratuitamente e a título precário», os templos, bem como os objetos mobiliários que os guarneciam. A legislação referente a tais corporações seguia o